

**Imposto de renda das empresas:
tributação lucro presumido
(IRPJ e CSLL)**

EDMAR OLIVEIRA ANDRADE FILHO

Consultor e advogado em São Paulo. Doutor e Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Membro Benemérito da Associação Paulista de Estudos Tributários (APET).

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO

Presidente-fundador da Associação Paulista de Estudos Tributários (APET). Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Direito Tributário pelo IBET/IBDT. Advogado e Contabilista com mais de vinte e cinco anos de experiência profissional. Sócio da Magalhães Peixoto Advogados. Autor e coautor de diversos livros sobre Direito Tributário. Ex-membro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF/MF).

Imposto de renda das empresas: tributação lucro presumido (IRPJ e CSLL)

MP
EDITORA

SUMÁRIO

Apresentação	15
Abreviaturas utilizadas	17

Capítulo 1

Conceito de lucro presumido e requisitos legais para a opção, 19	
1.1 Conceito de lucro presumido	19
1.1.1 Lucro presumido e conceito de renda	20
1.1.2 A atratividade do lucro presumido	22
1.1.3 Segregação de atividades	23
1.2 O regime do lucro presumido é sempre opcional	26
1.2.1 Formalização da opção	27
1.2.2 É do contribuinte o risco da opção	28
1.2.3 Desistência ou migração voluntária para outro regime	30
1.2.4 Migração obrigatória no curso do ano	33
1.3 Normas gerais sobre a opção pelo lucro presumido	35
1.3.1 Contribuinte	36
1.3.2 Quem não pode optar pelo lucro presumido	37
1.3.3 Obtenção de rendimento oriundo do exterior	40
1.3.4 Sociedade em conta de participação	42
1.4 Cisão, fusão e incorporação de sociedades	43
1.4.1 Levantamento de balanços e tributação	45
1.4.2 Incorporação e planejamento tributário abusivo	47

1.5 A opção com base no montante da receita total	48
1.5.1 Equivalência patrimonial e ganho por compra vantajosa	51
1.5.2 Receitas omitidas	53
1.5.3 Receitas sujeitas a regime especial de tributação	54
1.6 Regime contábil de apuração das receitas	55
1.7 Consequências da migração para o lucro real e vice-versa	56
1.8 Consequências da opção indevida	58

Capítulo 2

Base de cálculo, 61

2.1 Aspectos gerais da base de cálculo	61
2.1.1 Relevância do objeto social	64
2.1.2 Requisitos para registro e tributação de receitas	67
2.1.3 O aspecto temporal da tributação da receita	72
2.1.4 Mensuração da receita	74
2.2 Receita bruta da venda de bens	75
2.2.1 Venda para entrega futura	77
2.2.2 Permuta	79
2.2.3 Venda de sucata, resíduos e aparas	82
2.2.4 Industrialização	84
2.2.5 Venda de veículos usados	86
2.2.6 Receitas decorrentes de atividades imobiliárias	87
2.2.7 Dação de bens e serviços em pagamento	97
2.2.8 Precatórios	99
2.2.9 Atividades rurais	100

2.2.10 Venda de ações registradas no ativo circulante	101
2.3 Receita da prestação de serviços	102
2.3.1 Prestação de serviços com fornecimento de mercadorias	104
2.3.2 Serviços congêneres	105
2.3.3 Serviços de transporte	107
2.4 Resultado nas operações de conta alheia	108
2.5 Valor tributável na venda de bens e serviços	111
2.5.1 Venda com preço variável	112
2.5.2 Valor presente	115
2.5.3 Bonificações concedidas	115
2.5.4 Operações de vendas em moeda estrangeira	116
2.5.5 Vendas com cláusula de <i>cashback</i>	119
2.5.6 Frete cobrado pelo vendedor de mercadorias	120
2.5.7 Juros, correção monetária e encargos	121
2.5.8 Deságio na aquisição de títulos de crédito	124
2.5.9 Reembolso de despesas	126
2.6 Deduções da receita bruta	129
2.6.1 Vendas canceladas e devoluções de vendas	129
2.6.2 Cancelamento e devolução de serviços	130
2.6.3 ICMS e ISS	131
2.6.4 Descontos incondicionais	133
2.6.5 Deságio na cessão de créditos	135
2.7 Operações sujeitas às regras de preços de transferência	136
2.8 Receita da administração de imóveis próprios	137
2.9 Remuneração obtida por investidor-anjo	138

Capítulo 3

Coefficientes de presunção, 147

3.1 Aspectos gerais e alíquotas	147
3.2 Coeficientes gerais de presunção	148
3.2.1 Receita bruta anual até R\$ 120 mil	151
3.2.2 Serviços hospitalares	151
3.2.3 Fornecimento de remédios em tratamentos médicos	155
3.2.4 Serviços médicos veterinários	156
3.3 Atividades bancárias	157
3.4 Serviços de construção civil	157
3.5 Atividades diversificadas	159

Capítulo 4

Outras receitas e ganhos de capital, 161

4.1 Norma geral	161
4.2 Receitas financeiras	162
4.2.1 Juros sobre o capital social	167
4.2.2 Variações cambiais	167
4.3 Recuperação de custos e despesas	170
4.4 Doação e perdão de dívida	170
4.4.1 Doação	171
4.4.2 Perdão de dívida	172
4.4.3 Absorção de prejuízos por parte dos sócios	175
4.5 Bonificações recebidas	177
4.6 Subvenção recebida	179

4.7 Empresa habilitada no PADIS	181
4.8 Verba destinada a patrocínio	182
4.9 Ganhos de capital	183
4.9.1 Cálculo do ganho de capital	184
4.9.2 Custo de aquisição ou construção	185
4.9.3 Depreciação, amortização e exaustão	188
4.9.4 Tributação de acordo com o regime de caixa	190
4.9.5 Ganho de capital na alienação de imóvel rural	192

Capítulo 5

Receitas não tributáveis, 197

5.1 Ganhos decorrentes do registro do valor justo	197
5.2 Resultado da equivalência patrimonial	198
5.2.1 Dividendos e lucros recebidos	199
5.2.2 Ganho por compra vantajosa	200
5.3 Devolução ou restituição de tributos pagos indevidamente	200
5.4 Vale-pedágio	202
5.5 Receitas tributadas no regime do RET	204
5.6 Receitas decorrentes de incentivos fiscais	207
5.7 Indenizações	207
5.8 Multas por quebra de contrato	210
5.9 Negociação de CBIO	211

Capítulo 6

Regime de competência e regime de caixa, 213

6.1 Normas contábeis e normas fiscais	213
6.2 Regime de competência	213
6.3 Regime de caixa	216
6.4 Concomitância de regimes	220

Capítulo 7

Escrituração contábil e fiscal, 223

7.1 Escrituração contábil completa	223
7.2 Liberdade de escolha da forma de escrituração	225
7.3 Escrituração digital: ECD e ECF	226
7.3.1 Documentos de suporte	227
7.4 Escrituração contábil no regime do lucro presumido	229
7.4.1 Falta ou imprestabilidade da escrituração	230
7.4.2 Atraso na escrituração	231
7.4.3 Balanço de abertura	232
7.5 Escrituração das operações sujeitas ao RET	235

Capítulo 8

Distribuição de lucros e dividendos, 237

8.1 Direito aos lucros e dividendos	237
8.1.1 As normas sobre a distribuição de lucros e dividendos	238
8.1.2 Distribuição desproporcional	240
8.2 Isenção de IRF sobre lucros e dividendos	242

8.2.1 As especificidades do regime do lucro presumido	244
8.3 A tributação do excesso	248
8.4 Proibição de distribuição de lucros por débitos fiscais	249

Capítulo 9

Pagamentos a beneficiários não identificados ou sem causa, 263

9.1 A norma e sua amplitude	263
9.2 A jurisprudência	265
9.3 Fórmula para cálculo	266
Referência	269
Bibliografia indicada	269

